



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL 2017

Os novos media e o jornalismo cidadão na promoção do direito à informação e da democracia participativa em Moçambique

NOTA CONCEPTUAL

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, o sentido tradicional de audiência perdeu espaço, transformando qualquer cidadão num potencial emissor de informação e favorecendo o surgimento de uma nova forma de jornalismo – **o jornalismo cidadão**. Hoje em dia, qualquer um com o seu computador, smartphone, tablet ou outra ferramenta digital pode publicar seus próprios conteúdos informativos e partilhar histórias, vídeos e eventos.

Este tipo de jornalismo permite mais acessibilidade e interactividade e é, como refere Rosen, 2008, praticado por pessoas formalmente conhecidas como audiência, que empregam as ferramentas da imprensa em sua posse para informarem-se uns aos outros.

O jornalismo cidadão transformou-se não apenas num fenómeno real de transmissão de notícias, mas acima de tudo numa ferramenta importante sob ponto de vista de intervenção social, que tem suscitado diversos estudos não apenas sobre seus diferentes formatos mas também sobre os seus impactos nas sociedades democráticas. De um modo geral exalta-se a sua contribuição para o conhecimento e engajamento político dos cidadãos e a sua participação nos **processos democráticos** (Kauphold, Valenzuela, & Zunigá, 2010).

As tecnologias de informação e comunicação criaram um grande impulso para o **acesso a informação**. Muitas vezes o cidadão é o primeiro a difundir as informações, antes do jornalista, e alerta sobre eventos que ocorrem, em tempo real o que, de certa forma, reconfigura o **papel do jornalista**.

Diferentemente do jornalismo profissional, o jornalismo cidadão é um trabalho não remunerado, praticado por pessoas sem formação em jornalismo, o material não é editado e muitas vezes apresenta julgamentos de valor.

É um facto, porém, que o jornalismo cidadão e as novas comunidades nas redes sociais trouxeram problemas para a qualidade de jornalismo relacionadas com credibilidade e volume de informação devido a falta de qualquer tipo de critérios na nova forma de contar histórias (Hottle et al 2013). O que suscita questões sobre em que medida o cidadão pelo simples facto de estar munido de todo o material necessário para ser o primeiro a recolher e publicar a informação e divulgar possa ser considerado jornalista? (Correia, 2008). Ou estamos perante uma era em que os princípios tradicionais de jornalismo objectividade e distância não tem mais relevância para os cidadãos dando lugar ao surgimento de novos princípios tais como interactividade e transparência (Min, 2015).

Em Moçambique, embora a democratização da informação na internet tenha começado com um número reduzido de académicos, políticos e jornalistas que foram pioneiros no uso de *blogs*, hoje grande parte destes migraram para o facebook que até Novembro de 2015 contava com cerca de 1.200.000 utilizadores, com um nível de penetração de 4,7% (Internet World Stats, 2015). Esta subida de número de utilizadores tem como resultado um fluxo ilimitado de mensagens em circulação e um alargamento da esfera pública, não no sentido “Habermasiano” mas como um novo modelo com transgressão dos limites tradicionais de transmissão de informações (Wasserman, 2011).

A actual “crise” na qualidade da informação e o registo de problemas éticos na *media* (CSCS, 2016) aliada a limitação dos espaços de participação pública (Open Society Initiative for Southern Africa, 2009) bem como o questionamento sobre o pluralismo e imparcialidade dos media públicos (Chichava & Pholmann, 2010) contribuem para a transformação das redes sociais espaços alternativos de acesso à informação. Este cenário torna

urgente o debate sobre a qualidade da participação nestes espaços virtuais e a forma como se pode salvaguardar a ética bem como os desafios do jornalista na sua interação com estes meios.

O CEC pretende alargar o debate sobre o jornalismo cidadão no contexto do direito a informação na era digital e permitir a produção de novos conhecimentos nesta matéria através da realização de uma Conferência Internacional a ter lugar em Outubro de 2016.

COMUNICAÇÕES

Estão abertas as inscrições para as comunicações que pretendam:

- Explorar as oportunidades dos novos *medias* e do jornalismo cidadão para a garantia do direito dos cidadãos à informação;
- Analisar os novos *medias* e o jornalismo cidadão nos seus diferentes formatos, percepções e práticas;
- Analisar o impacto dos novos *medias*, incluindo as redes sociais e o jornalismo cidadão para a transparência pública e o exercício da democracia pelos cidadãos;
- Analisar a perspectiva ética e deontológica na divulgação de informação bem como os impactos na vida privada e na formação de um Estado de Direito Democrático;
- Partilhar experiências internacionais sobre jornalismo cidadão e sua contribuição para a promoção de direitos;
- Debater as implicações dos novos *medias* e do jornalismo cidadão para o jornalismo tradicional e o ensino de jornalismo;
- Apresentar experiências dos *medias* sociais e do jornalismo cidadão no contexto de Moçambique.

PRAZO DE INSCRIÇÃO

O CEC está aberto a receber os **resumos das comunicações** até **02 de Setembro de 2016**, das 8h30 às 16h00, na Rua Sociedade dos Estudos, nr. 112, ou envio por email para ginnanhapulo@yahoo.com ou fonsecamaz@gmail.com Tel. 843131570.